



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

EXPANSÃO E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: CONTRARREFORMA DA EDUCAÇÃO

Andrea Alice Rodrigues Silva¹

Resumo: O presente trabalho aborda questões referentes à expansão e privatização do ensino superior brasileiro e sua relação com o direcionamento privatista estabelecido pelos organismos internacionais no contexto da contrarreforma do Estado. Analisa, também, o processo histórico da política do ensino superior, tendo como referência os períodos expansivos: 1930 a 1980; 1980 até 2000; 2000 até os anos de 2016.

Palavras-chave: Educação, Expansão, Privatização, Contrarreforma.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado é resultado parcial da tese de doutorado, a qual aborda em um de seus capítulos o contexto de expansão do ensino superior e o aumento da oferta de cursos, reforçado pelo "orquestramento" das políticas sociais, através da contrarreforma do Estado.

De acordo com Behring (2003), a contrarreforma universitária vem sendo concretizada em sintonia com a política de organismos internacionais - Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) - orientada pela lógica do lucro, a partir da oferta e da procura de serviços como a educação, proporcionando a expansão, a privatização, a competição e a interiorização da educação superior brasileira, desde a década de 1990.

Destaca-se a implementação de programas considerados marcos desta conjuntura: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Esses programas intensificam o contexto no ensino superior brasileiro, ampliando o mercado de trabalho docente, em especial, nas Instituições de Ensino Superior Privadas, através do aumento do número de vagas ofertadas e da diversificação de cursos e modalidades de ensino.

Nesse sentido, analisamos processo da expansão do ensino superior, tendo como referência os principais períodos históricos caracterizados como faces: face ditatorial, com foco na "Reforma Universitária" de 1968; face que revela o contexto da

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, E-mail: andreaekka@gmail.com.

política de educacional universitária brasileira a partir dos anos 1980 até os anos 2000, com ênfase no processo de Contrarreforma da Educação Superior, no qual se destaca o governo Cardoso (1995-2002); e a face de continuidade e aprofundamento do projeto privatista para educação superior, com os governos petistas (2003-2016).

Dessa forma, essa pesquisa tem sua relevância por pretender, assim, contribuir para a análise do processo de expansão e interiorização do ensino superior brasileiro, ditado pelo ordenamento político-econômico imposto pelos organismos internacionais e determinado pelo alcance de metas de “desenvolvimento”.

2 CONTEXTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

2.1 FACE DITATORIAL

A educação é percebida pela classe dominante como mais uma forma de acumulação do capital e de imposição de um consenso que torna possível a reprodução do sistema de classes. Aparece como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema, exercendo uma importante função social, ainda que com contradições.

Mais do que a implementação de um projeto educacional, havia um interesse na consolidação de um projeto burguês de sociedade. Em outras palavras, a criação da universidade no Brasil não fazia parte de um projeto “neutro” e, tão pouco, “desinteressado” como queriam dar a entender seus idealizadores. Assim, pode-se afirmar que, a consolidação e desenvolvimento da educação superior no Brasil é perpassado e constituído por relações econômicas, políticas e culturais estabelecidas historicamente em nosso processo de formação social.

Em se tratando da perspectiva da Educação Universitária, Pereira e Silva (2010, p. 10), afirmam que:

A universidade brasileira é uma construção muito recente, retomando a sua efetivação a menos de um século, fato que, de acordo com um perfil social da população brasileira nesse período, produz um cenário de forte elitização, caracterizando o ensino superior como local privilegiado para a (re) produção das elites econômicas do país.

Em 1950, a burguesia brasileira adere ao intitulado “desenvolvimento com segurança”. Esse refere-se a medidas com dupla orientação ideológica: de um lado, a mentalidade empresarial dos tecnocratas e, de outro, as práticas de exceção próprias dos setores de coalizão civil-militar. Essa duplicidade ideológica representava a aplicação do binômio "segurança e desenvolvimento" na esfera educacional, com o objetivo de promover a formação da consciência social conforme os ideais de desenvolvimento estabelecidos. Isso revela que o alinhamento educacional desse

período seria a de formar indivíduos competentes e ajustados, capazes de se integrarem ao mercado de trabalho.

Em 1964, tem-se o desenvolvimento para uma adaptação ao capitalismo monopolista com orientações conservadoras. Através das elites políticas militares se consolidou a autocracia burguesa com efeitos regressivos e mudanças estruturais. A redefinição das funções do Estado e o processo de “modernização conservadora” vigente, atinge, contundentemente, a organização de ensino existente, visando adequá-lo à dinâmica econômica do novo regime.

Assim, com a “solução” político-militar para os conflitos político-sociais, tem-se uma aceleração do crescimento econômico, nos marcos da “modernização conservadora” com o chamado “milagre econômico”, ampliando o acesso e modernizando o desenvolvimento educacional através de um processo que Fernandes (1989) denominou de “milagre educacional”.

Nesse sentido, “a expansão da educação superior caracterizou-se pela marca de um intocável privilégio social, que começava e terminava nas fronteiras das camadas dominantes”. Já no período demarcado pelo regime burguês-militar, essa expansão se efetivou pela “ampliação da ação do setor privado, induzida pelos acordos do governo brasileiro com organismo internacionais” (LIMA, 2013, p. 12). Essa privatização não representou uma democratização do acesso ao ensino superior no país.

Com o direcionamento de implementação e consolidação de um projeto burguês de sociedade, se processou a “Reforma Universitária” na década de 1960. Essa viabilizou condições para o surgimento de um ensino privado a partir de estabelecimentos fragmentados e isolados, voltados para a transmissão de conhecimentos de cunho profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem “na formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época” (FERNANDES, 1975, p. 52).

Germano (2005) afirma que o processo de reforma teve como uma de suas finalidades desmobilizar os movimentos sociais na área de educação, apresentando como foco algumas características, tais como: subordinação da educação à produção capitalista; privatização do ensino; e combate ao “anticomunismo exacerbado”. Em síntese, mais uma forma de acumulação do capital e de imposição de um consenso que torna possível a reprodução do sistema de classes.

A reforma tinha como base um discurso de valorização da educação, mas o que realmente almejava era a (re)funcionalização da política educacional “numa

estratégia de hegemonia, num veículo para a obtenção de consenso” (GERMANO, 2005, p. 104) em relação ao projeto societário em disputa naquele momento.

Em síntese, as principais propostas da Reforma Universitária de 1968 se expressam a partir de quatro aspectos fundamentais, conforme Germano (2005): 1) a racionalização da universidade, 2) o incentivo à privatização, 3) a preocupação em relacionar educação e mercado de trabalho e 4) a implantação de pós-graduações.

A reforma da educação superior no período da ditadura ampliou as fronteiras do ensino superior, aumentou as funções da universidade. Isso a partir de um processo desigual, aliado a um projeto de desenvolvimento nacional, determinado pela privatização e pela repressão à resistência, atendendo aos interesses econômicos da burguesia nacional e internacional.

Ainda avançaram medidas burguesas educacionais como, por exemplo, os acordos (MEC-USAID) entre o Ministério da Educação (MEC) e com a *Unites States Agency for International Development* (USAID). Esses fortaleciam a implementação da “Reforma Universitária” de 1968.

Assim, a educação é apreendida enquanto elemento potenciador da capacidade de trabalho. Essa concepção teve ampla repercussão na educação e nas concepções pedagógicas, nos anos em questão, inserindo a linguagem tecnicista no campo da educação, bem como formando a base de uma “pedagogia tecnicista”, com forte incidência no direcionamento da educação no país a partir dos anos 1970.

Esse projeto de educação direcionou o ensino superior até a metade da década de 1980. A conjuntura política, econômica e social inserida no processo de (re)abertura política proporcionou o revigoramento dos setores progressistas e retomou o debate referente à elaboração de outro projeto para a educação no país.

2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 1980

O fim da década de 1970 e o início de 1980 foi marcado pela crise, declínio e esgotamento da ditadura militar, culminando com o processo de abertura política no caminho para a redemocratização brasileira, porém, ainda fundamentada na manutenção do domínio burguês e na desigualdade social.

Esse período é fruto da intensificação das mobilizações sociais contra a ditadura; da crise econômica; dos conflitos presentes entre os próprios militares e do processo de enfraquecimento das alianças entre os setores da burguesia nacional; da mudança de comportamento dos organismos internacionais. Todo esse processo conduz a (re)abertura política, com base na manutenção da desigualdade, concentração de renda e no endividamento público.

De acordo com Behring (2003, p. 33), “houve uma resposta contundente do capital à queda das taxas de lucro na década de 1970”. Essa resposta ocorreu nos anos de 1980 e 1990 e foi denominada por Behring (2003) como: reação burguesa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, nos anos 1980 ocorreram mudanças no mundo da produção caracterizadas por uma revolução na produção no âmbito tecnológico e organizacional, através da reestruturação produtiva, o que desencadeou uma nova condição de trabalho e de sua reprodução (BEHRING, 2003).

Dessa forma, o direcionamento do ensino superior brasileiro foi pautado na atuação do mercado e teve apoio de organismos internacionais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Banco Mundial (BM), entre outros para promover o sistema de financiamento educacional.

Isso intensificou a expansão do ensino superior brasileiro, como uma maneira de atender a indústria e o comércio, seguindo um modelo mais rigoroso de administração e controle de qualidade - utilizando de forma restirta os recursos públicos. Esses organismos internacionais aliados aos nacionais como: Ministério da Educação, Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (SEMESP), Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Confederação Nacional das Indústrias (CNI), entre outros eram as bases do capital para expandir, de forma privatista, o ensino superior brasileiro conforme as necessidades impostas por essa nova conjuntura.

Assim, pode-se afirmar que o legado do período da ditadura militar para a política de educação superior tem a marca da expansão, fundada no processo de naturalização da privatização do ensino superior, acarretando vícios históricos que não só perduraram pelo período da redemocratização, como permanecem e se ampliam em ritmo acelerado a partir dos governos neoliberais (DUARTE, 2017)

Com o governo Fenando Henrique Cardoso (1995-2002), há um aprofundamento da experiência neoliberal, como por exemplo com a consolidação dos processos de privatização das empresas estatais, bem como um intenso sucateamento das instituições públicas e poucos investimentos em políticas sociais públicas, incluindo as políticas educacionais. Isso através de uma descaracterização da educação como um direito, passando a considerá-la um serviço que integra a economia dos setores lucrativos, que são explorados pelas empresas privadas.

No presente contexto, tem-se o realinhamento institucional do sistema de ensino superior brasileiro, que ocorre em um contexto combinado à crise fiscal do Estado, no final do século XX, com a voracidade por retornos rápidos e fáceis de

empresários, tomando a educação uma prestação de serviço, ofertada como uma mercadoria.

De forma convergente a essa orientação privatista, em 1996, ocorreu a efetivação do Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira. Para ele o Brasil e a América Latina foram atingidas por uma dura crise fiscal nos anos 1980, acirrada pela crise da dívida externa e pelas práticas de populismo econômico. E, por isso, exige-se uma disciplina fiscal, privatizações e liberalização comercial (BEHRING, 1993). Em relação a efetivação do Plano Diretor da Reforma do Estado, Behring (2003, 176) afirma que

Bresser propõe um *pacto de modernização* em torno dessa proposta, que se inicia com a liberalização comercial, as privatizações e programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma administrativa pública: a chamada reforma gerencial do Estado. Este é o desenho auto-intitulado “reforma” e que foi totalmente incorporado como projeto de governo, por meio do Plano Diretor da Reforma do Estado do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (PDRE-Mare).

Nessa perspectiva, Netto (2000) aponta alguns aspectos essenciais da contrarreforma da educação superior, como desdobramento da contrarreforma estatal brasileira: favorecimento à expansão da privatização já iniciada com a ditadura, inovada no governo Fernando Henrique Cardoso; separação da relação ensino, pesquisa e extensão, alterando, assim, a concepção e o significado da universidade; subordinação da atividade acadêmica às demandas do mercado; e redução do grau da autonomia universitária, conseqüentemente, redução da autonomia docente, via flexibilização da carreira docente e da incorporação da lógica da “organização social”, em detrimento da concepção de instituição universitária.

O ensino nesse contexto é entendido como uma transmissão rápida do conhecimento, habilitação breve para graduados que precisam ingressar rapidamente no mercado de trabalho ou como carreira de transmissão entre pesquisadores e treino para constituição de novos pesquisadores. A lógica central da política educacional e do mercado de trabalho docente passa a ser a transmissão e o adestramento, desaparecendo a perspectiva da relação ensino e aprendizagem, voltados para uma formação crítica, social, humana e ética. Em tempos de espaço e tempo voláteis e efêmeros, a universidade adquire caráter operacional, flexível, adaptativo ao mercado e às necessidades atuais do capitalismo. (CHAUÍ, 1999)

É atribuído o “papel de instrumento de profissionalização, aligeiramento em cursos de mais curta duração e desprovido de ambiente de pesquisa verdadeiramente acadêmico” (NEVES, 2002, p. 51). A política de educação, em tempos neoliberais, de acordo com Neves (2002, p. 26), tem como objetivo principal “contribuir para o

aumento da produtividade e da competitividade empresariais, prioritariamente dos setores monopolistas, de capital estrangeiro”.

Tais fundamentos subsidiam e direcionam as ações dos governos neoliberais, em especial no governo Cardoso. Em síntese, os anos 1990 são diferentes dos anos 1964, que têm como perspectiva recompor a hegemonia burguesa. Dessa forma, redimensionou-se e refuncionalizou-se as formas do desenvolvimento capitalista. Isso com exclusão das forças populares, com uma perspectiva de ajustamento passivo dessas forças e, assim, dando continuidade a nossas piores tradições: heteronomia, exclusão e soluções pelo alto. Nessa lógica, o Estado se refuncionaliza, possibilitando um aprofundamento da investida neoliberal (BEHRING, 2003).

Dessa forma, em relação ao processo educacional, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, regulamenta-se o processo de mercantilização do ensino. Esse perde seu caráter de direito e passa ao caráter de serviço, sendo esse serviço oferecido pelo Estado ou pelo mercado. Legitima-se como marco importante no processo de empresariamento da educação superior, sincronizada com a expansão do processo de produção. Conforme Duarte (2017, p. 93)

A LDB de 1996, em seu Art. 21º, formaliza a divisão da educação escolar brasileira, em dois níveis de ensino: a educação básica (composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a educação superior, o que para Neves e Fernandes (2002, p. 23) já referendou formalmente “o novo patamar de escolarização exigido para a capacitação da força de trabalho brasileira, em decorrência das mudanças da natureza e da forma de organização do trabalho”, pautadas na expansão do processo de produção flexível no país.

Em 1997, o governo federal lançou o Decreto nº 2.306, que regulamentava a LDB de 1996, trazendo no seu artigo 8º uma organização diversificada para o ensino superior composta por Universidades; Centros universitários; Faculdades; Institutos Superiores e etc.

Essa diversificação contribuiu para um direcionamento diferenciado em relação aos tipos de ensino e tipos de financiamento oferecidos. Assim, os meios escolhidos pelo governo federal para ampliar o acesso ao ensino superior estariam ligados ao reconhecimento de novos cursos pela iniciativa privada e pela implantação de um sistema de crédito educativo autofinanciável. Uma vez que a maior parte da população brasileira não possuía renda suficiente para pagar seus estudos, o governo passa a disponibilizar recursos financeiros para as instituições privadas e, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), abre uma linha de crédito com juros subsidiados para atender às universidades públicas e privadas, facilitando o acesso e apoiando ações expansionistas.

Foi nesse cenário que surgiu o financiamento e, dessa forma, o pagamento de cursos em instituições particulares através de empréstimos bancários, como uma maneira de aumentar as matrículas, com um custo menor para o governo, sem precisar ampliar as instituições públicas.

Outro marco normativo importante é o Plano Nacional de Educação (PNE – 2001-2010). Para Valente e Romano (2002, p. 98) esse “expressava a política do capital financeiro internacional e a ideologia das classes dominantes, devidamente refletido em diretrizes e metas”.

Nos anos 2000, uma nova correlação de forças é aberta, com a chegada de Lula ao Governo Federal, à frente de uma coalisão de centro-esquerda, ou seja, um novo ciclo. É na mesma perspectiva, da conservação da ordem vigente, que no período dos governos petistas (2002 - até os dias atuais) vem sendo aprofundada a “Contrarreforma Universitária”.

2.3 ENSINO SUPERIOR NOS ANOS 2000

É nítido que no Brasil dos anos 2000, há uma continuidade e um aprofundamento do processo de transformações ordenadas pelo capital internacional. Referente à educação superior o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) aponta cinco (05) metas que deveriam ser priorizadas pelo Governo Federal: 1) expansão da oferta de vagas; 2) garantia da qualidade; 3) promoção de inclusão social pela educação; 4) ordenamento territorial, levando o ensino superior às regiões mais remotas e 5) fortalecer o desenvolvimento econômico, seja formando recursos humanos, seja na produção científico-tecnológica.

É nessa trilha que a perspectiva da educação superior, no contexto da contrarreforma, amplia a perspectiva da interiorização do ensino superior por meio de propostas governamentais de expansão – pactuada com a iniciativa do ensino privado, com o discurso da “universalização” de acesso a esse nível de escolaridade, cumprindo num só tempo as orientações do Banco Mundial – a relação entre educação, segurança e pobreza.

Segundo Leher (1999), a educação – equacionada a partir de elementos ideológicos do capital – por exemplo, globalização, capital humano, inclusão social, justiça social –, torna-se elemento de enfrentamento da pobreza, uma vez que essa se encontra aliada aos interesses do capital. A lógica é sincronizar a política educacional a “ordem” do capital para que a mesma não possa “gerar um clima desfavorável aos negócios”. (LEHER, 1999, p. 26).

Com relação a expansão da educação superior no Brasil, o governo Lula, pôs em ação quatro programas: Programa Universidade Para Todos (PROUNI); o

programa Expandir, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais e sancionou vários decretos, leis e medidas provisórias direcionadas à materialização da ampliação de acesso nos quatro programas, dentre elas: as universidades federais abrem ou ampliam cursos noturnos e reduzem o custo/aluno; ampliação do número de vagas nas IES Privadas com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e (PROUNI), permitindo o financiamento de 100% das bolsas parciais do PROUNI e a quitação da dívida ativa consolidada das instituições de ensino superior. (VIEIRA, 2007).

Pode-se também destacar que todas as medidas normativas dos governos petistas reafirmam: a regulamentação das parcerias entre as instituições públicas e fundações de direito privado; a instituição de normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; a regulamentação do ensino a distância; a ampliação de ações das fundações de direito privado nas instituições públicas; a ampliação do financiamento de estudantil, através de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior.

Das medidas indicadas destacam-se: Programa o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, “constitui, portanto, a segunda etapa do Programa de Expansão da Educação Superior Pública, iniciado em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” (MEC, 2009).

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI) teve sua implementação através da Lei nº 11.096/2005, de 2004, que incentiva o crescimento do ensino superior privado em detrimento do ensino superior público.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “o PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior” (MEC, 2009), tendo como benefício para a IES privada, isenção de tributos. A seleção dos estudantes é feita a partir do desempenho no Enem, mas também leva em conta os critérios socioeconômicos da família do estudante. Com relação às isenções alcançadas com o PROUNI, pode-se afirmar que ele é capaz não só de conceder às instituições determinados privilégios, como também diminuir o fundo público.

Já, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes

matriculados em cursos superiores não gratuitos, foi promulgado na forma da Lei 10.260 em 2001. O intuito é de um realinhamento da taxa de juros às condições existentes no cenário econômico e à necessidade de ajuste fiscal (BRASIL, 2015).

Todos convergem no intuito de proporcionar o aumento no número de vagas nas IES, de acordo com o Ministério da Educação, causando uma verdadeira ‘revolução’ no ensino brasileiro, por terem um “papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social” (MEC, 2009).

No governo Dilma (2011–2016), indica-se seu viés de continuidade a essa política quando dá prosseguimento ao processo de tramitação do Projeto de Lei 8.035/2010 que culminou com a aprovação no Congresso Nacional da Lei 13.005 que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 – 2024, em 06 de junho de 2014. Particularmente em relação ao ensino superior, o novo PNE aposta na manutenção de metas do PNE anterior, aprovado ainda no governo Cardoso.

Assim, a educação superior, passa ser considerada um campo de serviços, em que o Estado expande sua parceria com o setor privado, sendo nítida a reconfiguração do sistema de educação superior brasileiro. Isso com base em quatro aspectos que se destacam: 1) O processo de empresariamento da educação com o aumento do número de IES privadas. Ou seja, foi estabelecido um ritmo intenso do processo de ampliação do setor privado na educação superior ao longo dos governos neoliberais no Brasil; 2) A privatização interna “mascarada” das IES públicas, reforçando a aliança com os empresários na direção da consolidação de um “mercado educador”, estabelecendo parcerias público-privada; 3) Outro aspecto a considerar diante da expansão da educação superior, a partir do governo Lula é a certificação em larga escala, marcada pelo processo de “falsa democratização” do acesso, sendo utilizada para tal estratégias como o EAD, o PROUNI e o FIES, como subsídios públicos para a mercantilização da educação. Isso reconfigura o papel da universidade pública. Não esquecendo o REUNI que, sob o discurso da ampliação da universidade pública, somente intensifica as condições já complexas e precárias das IES federais; 4) Por fim, temos a expansão da educação superior, sob a máscara da democratização, como sinônimo de diversificação das instituições, dos cursos e das fontes de financiamento da educação superior, fundada no crescimento da privatização em sua fase empresarial a partir dos anos 2000. “Este processo pode ser elucidado por meio da noção de “educação terciária”, difundida pelo Banco Mundial” (DUARTE, 2017, p.175).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partiu-se do pressuposto que, o ensino superior sofre um processo de privatização, diante do reordenamento da política educacional brasileira, o que proporciona a conformação de um mercado de trabalho para os docentes. Para essa análise, foi necessário apreender a história da expansão do ensino superior. Isso foi realizado através da caracterização dos principais períodos expansivos.

Nesse sentido, reitera-se que a educação é reconfigurada por meio da privatização em larga escala; do repasse direto e indireto de recursos públicos ao setor privado. Além de adoção da lógica empresarial nas instituições educacionais.

O que se evidencia é a estruturação de um tipo de universidade adequada à atual etapa de acumulação do capital. Esse processo configurou a educação superior como um campo de exploração lucrativa do capital.

Como um dos impactos desse contexto, destaca-se o processo de empresariamento da educação, através da privatização do ensino superior. Processo reforçado pela aliança do Estado com os empresários na direção da consolidação de um “mercado educador”, através de parcerias público-privadas. Destacou-se, nessa relação, os programas focados no ingresso às IES. Ou seja, a utilização de estratégias como PROUNI, REUNI e FIES. Assim, explanou-se sobre o contexto de contrarreforma e expansão interiorizada focada nos interesses do mercado e do capital na política de educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo, Cortez, 2003.

CHAUÍ, M. A Universidade Operacional. Folha Online. **Brasil 500 d.C.** São Paulo. 1999. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/dc_1_3.htm>. Acesso em: 15/03/2017

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **Trabalho docente do assistente social nas Federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico.** 2017. 467f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975

_____. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil** (1964-1985). 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LEHER, Roberto. **Um novo sonho da Educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n.1, p.19-30. 1999.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileiro na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer. ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de (Orgs). **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2013.

NEVES, L. M. (Org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. In: **Revista Temporalis Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Ano 1, n. 1. Brasília: Valci, p. 11-33, 2000. (Reimpressão 2004).

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luiz Fernando Correa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior do Governo Lula: expansão ou democratização? In: **Revista Debates**, Porto Alegre, UFRS, 2010.

VIEIRA, LÍVIA MARIA FRAGA. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO, O "PAC" DA EDUCAÇÃO**. Pensar BH/Política Social. Junho/Agosto de 2007. Acesso em 11 de junho de 2017.